

Marcos da memória: o projeto hidrelétrico Urubupungá e a construção do discurso modernizador

Andrey MininMartin

Doutorando em História – UNESP/ Bolsista FAPESP

Para quem acompanha os principais jornais e revistas do país não é de se espantar que a região fronteiriça entre o Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul tem novamente se destacado pelas páginas destes editoriais, pois novamente aquela região é tensionada por uma nova “onda” desenvolvimentista, agora baseada no “progresso” a caminho produzido pelas empresas de Celulose¹.

Destacamos e insistimos no uso da palavra “novamente” pelo fato de que esta mesma região, assim como nos últimos anos, já foi palco de inúmeras matérias que a ela se referiam por outro impulso modernizador: a construção de um complexo hidrelétrico. Eram outros tempos, outras histórias, outros sujeitos e outras memórias, mas percebe-se que aquele discurso legitimador, de um passado em transformação se encontra presente nestas páginas do contemporâneo, e juntamente com estes, inquietações sobre memórias e discursos do passado e do presente, que se tornam objeto de estudo para nós, historiadores.

Para além de debater os caminhos e perspectivas sobre a viabilidade deste desenvolvimento presente, em relação a estes novos complexos industriais, acabamos por perceber como questões do passado se encontram emaranhadas nestas matérias, demonstrando como o tempo presente transborda possibilidades de (re) pensarmos o passado, indagando fontes produzidas em nosso tempo, que se tornam memórias a serem vasculhadas, testemunhos que se tornam “com suas verdades e mentiras, suas luzes e suas sombras, seus problemas e suas certezas, um objeto de estudo” (FRANK, 2001: 112).

Em muitas destas matérias, percebemos como fatores do passado são rearticulados para embasar questões do presente. Observa-se como a existência do complexo hidrelétrico nesta região, somado a outros elementos, como a ferrovia e sua localização estratégica as portas do Estado de São Paulo são entendidos como motores para justificar o atual processo de “desenvolvimento”. Como destacado, o que é chamativo aqui não é condizer sobre o atual momento deste dito “progresso”,

mas como este discurso foi construído em um tempo passado, calcado em outros marcos de transformação. Neste caso, o estabelecimento da hidrelétrica em um tempo passado é visto como momento de “explosão do progresso” que proporcionaria estes novos surtos desenvolvimentistas.

A partir destas questões, buscamos analisar como este discurso foi produzido no próprio momento de estabelecimento do complexo hidrelétrico, permeando as fontes daquele período e seus possíveis desdobramentos. Neste sentido, discutir a constituição do projeto hidrelétrico de Urubupungá é tensionar suas próprias bases de onde provém sua formulação, neste caso a imprensa do período e como por meio desta construiu-se a legitimação do progresso para região.

O denominado Complexo Hidrelétrico de Urubupungá corresponde a um projeto organizado e previsto ainda em meados da década de 1950, resultante da formação da Comissão Interestadual da bacia do Paraná-Uruguai, denominado CIBPU², que previa o aproveitamento hidrelétrico de determinados pontos ao longo do Rio Paraná. Portadora de grande potencial, a chamada Bacia do Paraná corresponde a uma ampla região que perpassa os Estados de Minas Gerais, Goiás, de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, tendo como afluente principal o rio Paraná, formado pela junção dos rios Paranaíba e Grande, sendo considerada a segunda maior bacia de aproveitamento hidrelétrico do país. Destaca-se em seu complexo hidrelétrico usinas como a Engenheiro Souza Dias, conhecida como “Jupia” (Três Lagoas/Castilho), Usina Hidrelétrica Ilha Solteira (Ilha Solteira), Três irmãos (Pereira Barreto/Andradina) e Usina Sérgio Mota/Porto Primavera (Próximo aos municípios de Paulista e Rosana).

Autores como Leite (2003), Queiroz (2004) e Arruda (2000) pontuam que mudanças deste porte na região começaram a ocorrer no início do século XX, com a consolidação da estrada de ferro NOB, Noroeste do Brasil, que projetavam grandes mudanças para o interior do país, ligadas principalmente ao discurso progressista das elites locais, que além de alterarem as relações político-econômicas daquele contexto, trataram de elevar o preço das terras. Isto porque a ferrovia não significava apenas uma nova ordem espacial, mas também a possibilidade de uma melhoria material para população, gestando novas relações sociais e do próprio modo de vida. Além disto, tencionando algumas relações deste

discurso e o produzido a partir da hidrelétrica, percebemos que estes projetos escondiam interesses que vão além de saberes locais, pois:

O sentido estratégico da Noroeste do Brasil envolvia também, discussões sobre a possibilidade de eclodirem movimentos separatistas no Estado de Mato Grosso, volta e meia envolvido em conflitos armados entre suas oligarquias, e por isso mesmo, a ameaçar a “ordem”. A ferrovia seria uma forma de “soldagem” na expressão de Paulo Queiroz, desta região ao resto do país (ARRUDA, 2000: 113).

Esta “soldagem” pensada pelo autor torna-se elemento condutor de valores, principalmente de um “centro” articulador, a região Sudeste, a partir do Estado de São Paulo, para as áreas “limítrofes” do país, de forma a fazer com que a ferrovia, assim como a hidrelétrica se tornem estes elementos articuladores e desbravadores, como fica evidente pelas matérias produzidas, pois a consolidação do projeto hidrelétrico é visto como uma continuidade da ocupação do “sertão” nacional, como era tido estas regiões interiores, de forma a “incorporar à nação novas áreas ricas, férteis e salubres”, que “contribuirão para o progresso industrial e agrícola da região”³.

A notícia publicada ainda antes do início da construção da hidrelétrica demonstra um futuro a ser tecido pelo desenvolvimento produzido pelo projeto, ampliando as áreas condutoras do desenvolvimento econômico, mas também ampliando as zonas de influência destes centros. Ao mesmo tempo, percebemos que estes limites, também geográficos, antes não ultrapassavam alguns marcos, como cidades de São José do Rio Preto, ao norte do estado, Bauru, ainda como uma Vila e o Rio Paraná como limítrofe da exploração e conhecimento territorial. Segundo Arruda (2000), já na década de 1940 a antiga representação territorial em relação ao sul de Mato Grosso e Oeste do Estado de São Paulo, de “pouco explorado”, passam por um novo processo de ocupação, que desde a política da Marcha para Oeste, estabelecida por Vargas, vai ganhando novos contornos com a consolidação da via férrea, rodovias e que a partir da década de 1960 irá ser novamente destacada com a consolidação dos projetos hidrelétricos. Um novo marco memorialista surgirá.

A marcha civilizatória, como ressalta os periódicos, vão produzindo histórias, de progresso, deixando suas marcas e discursos em cada ponto que penetrava para

o oeste. Primeiro a palavra, com o telégrafo, depois o caminho, com a ferrovia e agora o motor para outras invenções mais, a energia elétrica, com a hidrelétrica.

Nesta perspectiva, junto a entrepostos comerciais, pousadas e portos fluviais, observa-se que a partir da década de 1940/1950 tais transformações se intensificaram na região de Três Lagoas, por decorrência do início da instalação de projetos particulares e governamentais para construção de um complexo hidrelétrico na região do Alto Paraná.

Desde meados da década de 1950 projetos governamentais buscaram consolidar um novo momento econômico para o país, por meio da aprovação e desenvolvimento de projetos calcados em setores industriais, como energético e de bens de consumo. A partir destes setores buscaram integrar o país em um projeto modernizador, que como vimos, agregasse todas as regiões em um novo ritmo de desenvolvimento, que se ligava a uma transformação territorial dos investimentos juntamente com maciça migração interna.

Este modelo de pensamento no qual o desenvolvimento territorial ocorre principalmente a partir da instrumentalização de técnicas e procedimentos nos quais se buscava “ocupar” estes espaços denominados “vazios”, se tornará cada vez mais presente a partir da década de 1950, com a consolidação do “Plano de Metas” e as transformações que decorriam desde o segundo governo Vargas, no início da década de 1950. Buscou-se investir no desenvolvimento de setores que poderiam crescer e colaborar diretamente com a criação de uma infraestrutura básica de forma a integrar o país neste sentido. Observando a distribuição das ações e investimento do período, segundo Faro e Silva (2002), vamos observar que 43 % dos investimentos estavam destinados a produção energética⁴.

É neste contexto que irão se direcionar os grupos gestores do projeto Urubupungá, visando solucionar o existente problema energético do período, principalmente o do Estado de São Paulo⁵, e junto com estes uma polifonia de vozes a legitimar as ações subsequentes. Os “50 anos em 5”, seriam marcados pelo avanço destas técnicas e instrumentos que fariam destes espaços engrenagens da modernização, com uma ideia de progresso muito próxima da mentalidade proveniente de países industrializados ou que se encontram em processo de industrialização, e que influenciam diretamente nas leituras e saberes históricos, pois, por muitas vezes, como ressalta Diehl “(...) a história se deixa interpretar também

como processo tecnológico de dominação da natureza que ordena possibilidades de ação para o futuro” (2002: 30).

Assim, este período fica lembrado como herdeiro e legitimador da continuidade de um Brasil “para frente”, associado a um projeto de crescimento e desenvolvimento. O “moderno” aparece então como ponto de memória, o projeto do “desenvolvimentismo”.

O andamento de tais projetos consolida-se no início da década de 1960, com a criação das Centrais Elétricas do Urubupungá, a CELUSA S.A., em 1961, destacando o potencial da região e uma série de outros fatores de interesse econômicos regionais para início da construção da primeira Usina, de Jupiá. Em 1962, mesmo ano de criação da ELETROBRÁS, dá-se o início do empreendimento, marcado pela assinatura dos contratos e a vinda dos equipamentos, fato este celebrado em terras trêslagoense com a presença do Presidente da República, João B. M. Goulart, do embaixador italiano, Mário Di Stéfano e os governadores de São Paulo e Paraná (ARAÚJO, 2008). Ainda na década de 1960 iria se consolidar também a criação da CESP, que prossegue com a construção das usinas de Souza Dias (Jupiá) e dará início a duas outras, a de Ilha Solteira, em 1966, e a Usina Sergio Motta (Porto Primavera), iniciada na década de 1980, somando a já existente eclusa em Itapura.

Observamos que pensar a construção das memórias e tensionar os discursos produzidos pela imprensa sobre o projeto torna-se tarefa que transcende os limites temporais do próprio estabelecimento da hidrelétrica. Mesmo que este tenha ocorrido durante o período de 1961 e 1970, a produção de matérias e uma gama de referências sobre o projeto se iniciam mesmo antes da construção, durante a década de 1950, visto que, por vezes, o discurso também pode se estabelecer antes do acontecimento, criando mecanismo de controle ou mesmo ação sobre determinada realidade que se transformaria num futuro imediato naquela região. Percebemos tais questões ao observarmos como durante a década de 1950 já se destacavam matérias sobre aquele contexto.

Observa-se que a imprensa de circulação nacional, como o *Jornal O Estado de São Paulo* e a *Revista Visão*⁶, apresentam densa publicação de matérias dirigidas ao estabelecimento do projeto e seus eventuais ganhos futuros. Somados a estes, destacam-se as publicações de periódicos do Estado de Mato Grosso, como

Correio do Estado, que juntos articulam uma teia de significações e ações modernizadoras para o país. Constrói-se, dentre outros fatores o interesse paulista em assegurar que o empreendimento logo se concretizasse, para evitar o déficit energético no Estado, questão que era prevista para os próximos anos, por problemas que já vinham ocorrendo na década de 1950⁷.

Como já pontuado, os periódicos naquele momento anunciavam a integração da região por meio daquele novo empreendimento, de forma a gerar ganhos para todos de ambas as partes, por meio da criação de novas vias de transporte, pois estas representavam um desentrelaçamento para o crescimento, sendo “uma condição imediata para o funcionamento do mecanismo econômico nacional” e “deve ser considerado como essencial ao desenvolvimento de um país e de cada uma de suas partes”⁸. Ao mesmo tempo, esta leitura de desenvolvimento também está ligada a um sentido de dominação, pois a sua construção, como dito, contribuiria para integração do país por meio de novas vias que seriam a “solução única para os enormes problemas de colonização do Oeste brasileiro”⁹. Um sentido que, por vezes, estava atrelado principalmente aos interesses paulistas na região, ou também, como destacou o vice-presidente João Goulart “a hidrelétrica dava aos paulistas a oportunidade de criar o império econômico, após no bandeirantismo, ter criado o império político”¹⁰.

Ao longo das matérias, também pode se observar que o pesado investimento o qual era anunciado pela imprensa buscava legitimar uma nova imagem para o Sul de Mato Grosso, como região atrativa para novos investimentos, centros industriais, calcados principalmente em atrair capital estrangeiro, assegurando que o empresário “difícilmente encontrará no mundo de hoje onde comprar terras tão vastas, a preço tão acessíveis, sem o risco de conflitos políticos com o povo da região ou de problemas raciais”¹¹.

Esta construção discursiva anunciava as boas vindas para quem quisesse naquela região investir, mascarando os conflitos sociais, as disputas por terra, o banditismo social, assim como outras questões que assolavam a região, apresentando uma fronteira de portas abertas ao desenvolvimento, ao moderno que se instaura ao passo da industrialização. Não é de se admirar que ainda no início do século XX outras vozes também proferiram possibilidades semelhantes. Em 1914 um grupo de comerciantes de Corumbá, financiaram a publicação do *Álbum*

Gráfico do Estado de Mato Grosso, por meio do qual apresentavam o estado como “modernizado”, repleto de oportunidade para empresário que aqui quisessem vir, apresentando a natureza não mais como entrave ao desenvolvimento, mas como exuberante e produtora de novos ganhos econômicos. Nas palavras de Leite:

Obra ricamente ilustrada, trazendo textos informativos bem elaborados, o Álbum revela uma sintonia dos segmentos dominantes no período, com as necessidades e exigências de externar as características locais, especialmente aquelas supostamente denotadoras do progresso e modernidade de cidades como Cuiabá e Corumbá (2003: 48).

Tais traços agora expressos a partir das possibilidades reais de um novo complexo, o hidrelétrico, anunciavam assim ao longo dos anos, antes e durante a construção, o quão iriam se transformar a vida daqueles sujeitos, como a economia encontraria novas possibilidades de alavancar novamente a região, um verdadeiro surto industrial a partir das potencialidades do rio. E não é exagero, pois muito se percebe a busca por uma “revolução industrial” a partir do Rio Paraná, ressaltando todos os benefícios que serão conseguidos com o complexo hidrelétrico, beneficiando os matadouro-frigoríficos e valorizando as terras, elevando o poderio econômico da região, e “com Urubupungá prometendo fazer revolução industrial às margens do Rio Paraná, com a melhoria do sistema de transporte e a tendência insofismável de interiorização da indústria de carnes e derivados”¹².

É neste movimento, em meio às páginas do progresso que os acordos vão se estabelecendo, as comissões vão organizando os rumos da obra. Em 1957 a mesma CIPBU formada no início da década obtém em acordo com o Governo Federal sinal verde para realizar o aproveitamento energético naquela região do Rio Paraná, sob a tutela do Estado de São Paulo, mas sem deixar de lado a participação dos outros estados membros. Iniciam os estudos de solo e mapeiam os objetivos a serem alcançados para o desenvolvimento do projeto, sem deixar de lado as orientações de implantação e outras práticas econômicas, a partir de setores privados, tudo isto previsto pelo programa em pauta¹³.

Para além da produção energética, o projeto de Urubupungá, projetava toda uma estrutura que buscasse transformar aquela imagem que, tanto o extremo oeste do Estado de São Paulo assim como o de Mato Grosso, possuía de um “sertão a ser explorado”. Segundo documentação da CESP, empresa criada em 1966 para assumir o andamento das obras, desenvolvia-se o aproveitamento dos recursos

naturais do Rio Paraná, “dentro de um plano harmonioso, cuja finalidade era mais a de promover o bem estar econômico da região, do que sua própria exploração energética”¹⁴. Porém, não deixam de destacar a magnificência da obra e suas perspectivas de ganho para o Estado de São Paulo, ao ressaltar o empenho e vocação que este estado desempenha para nação, visto que “essa é a razão porque os governos de São Paulo e da União, emprestam tanta importância a grande obra (...) por isso, pode concluir-se que Urubupungá projeta e inicia a Revolução Brasileira, abrindo novas perspectivas para o país”¹⁵, de forma a fazer da mesma mais um dos projetos faraônicos empreendidos durante o regime militar.

Desta forma, observamos que para o desenvolvimento dos projetos governamentais, para exploração e integração territorial do país, questão tanto pontuada pelos periódicos, a natureza torna-se elemento central para tais ações, não mais vista como sinônimo de atraso, mas como elemento dinamizador com potencial capaz de proporcionar o gestar de grandes projetos, como o hidrelétrico. Assim, “a natureza, símbolo da brasilidade, assume gradualmente seu caráter de materialidade para o desenvolvimento econômico” (ARRUDA, 2000: 65).

Por isso, a instrumentalização da natureza liga-se ao desenvolvimento das relações burguesas que, a partir dos séculos XVI e XVII, personificam a ideia de progresso e desenvolvimento capitalista como necessidade de “dominar” a natureza para que isto ocorra. Assim, não é de se estranhar como a imprensa assume um papel fundante na propagação de notícias deste teor, pois seu pensamento liberal projeta sua visão de progresso no sentido econômico, ligado a expansão da sociedade capitalista, tendo um sentido e uma referência como norteadora, no caso a região Sudeste e principalmente o Estado de São Paulo, um modelo a ser seguido.

Isto ocorreu, por exemplo, em relação a representação da região do pantanal, que no início do século XX era vista, com “ma fé” como atraso para o progresso, por dificultar a chegada de elementos como o telégrafo e a ferrovia. “Atacar” o pantanal era como alguns periódicos do período se referiam ao mesmo, mas que conforme o “progresso” se estabelecia o mesmo foi sendo “domado”, conforme os trilhos os transpassavam, elemento que seria relatado pelas páginas de periódicos nacionais e locais, principalmente destacando o desenvolvimento do turismo no pantanal¹⁶.

Com o título “Mato Grosso se livra do Pantanal”, a Revista Visão destaca que a partir dos investimentos que continuavam a surgir e que surgiriam com a

construção da hidrelétrica, o interior do país “iria ser resgatado”, como se estivesse perdido em um nada sem fim, de forma a ressaltar que agora “pela primeira vez, o pantanal seria rasgado por rodovias”. Destaca ainda que a condição periférica da região estava em pleno progresso, pelos investimentos em andamento:

Menos remoto que o Nordeste, mais real que a fantástica Amazônia, Mato Grosso acha-se na iminência de perder a condição de região esquecida, para figurar entre as áreas mais atraentes para os investidores do sul, nestes dias. A curto prazo, rápido processo de desenvolvimento deverá desencadear-se nos dois extremos do Estado: no sul, pela influência que a enorme disponibilidade de energia elétrica (Urubupungá) exercerá, no Norte, pelos incentivos fiscais que a Operação Amazônia oferece aos responsáveis por empreendimentos agrícolas, indústrias e comerciais da região¹⁷.

As necessidades de instrumentalização e dominação da natureza por meio de técnicas industriais provêm de determinados valores e grupos que, em cada época, determinam e tentam impor sua visão de mundo, como “meros produtos históricos instrumentalizados por uma classe dominante” (ALMEIDA, 2001: 172), que tem a função de criar e apresentá-los como resultados ligados a um bem coletivo, mas que escondem interesses políticos, sociais e mesmo culturais de determinadas classes, para determinados fins. Nesta prática a imprensa torna-se fio condutor de ideias, posicionamentos e, porque não, de necessidades, pois age como “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO e PRADO, 1980: 19). Longe de ser imparcial e passível de apenas informar, pode ser apresentando, em muitos casos, como “órgão modelador da opinião pública”, como é analisado pelas autoras em relação ao jornal Estado de São Paulo, fonte também desta pesquisa.

Desta forma, o periódico em questão, uma das fontes principais é visto como elemento difusor de práticas e interesses de um centro motor, segundo o qual “o crescimento de São Paulo reverteria em crescimento do Brasil e a prosperidade de São Paulo em prosperidade para o conjunto da nação” (CAPELATO e PRADO, 1980: 88). Sua visão de desenvolvimento e progresso é pensada de forma que a “evolução econômica de um país se vai fazendo por etapas, que, vencidas sucessivamente, permitem atingir o estágio de “desenvolvimento” dos países capitalistas mais avançados” (CAPELATO e PRADO, 1980: 85).

Assim, o “mito do progresso” se estabelece, de forma a difundir ideais de que com a universalização dos bens de consumo, aparelhos e bases tecnológicas ou mesmo com a chegada de novas forças desenvolvimentistas, como a estrada de ferro e a hidrelétrica, pode-se equiparar as condições sociais coletivas, como se somente com esta padronização da produção de consumo e sua possibilidade de acesso tudo estaria em “progresso”, se esquecendo das muitas contradições, dos impactos que gestam estas práticas capitalistas.

Esta noção de progresso como uma condição histórica se torna possível a partir da existência de um discurso que aumenta suas potencialidades, “seu poder de persuasão”, legitimando determinados acontecimentos e excluindo ou modificando outros, papel este desempenhados pelos periódicos em questão.

Ao mesmo tempo, esta instrumentalização da natureza funciona também, segundo Almeida, “como um manto encobridor de uma ferida aberta e infeccionada” (2001: 171), pois mesmo que a natureza torne-se instrumento tomado para as necessidades de determinada visão de progresso, também esconde a dominação, a imposição de valores e formas, de forma que a natureza só se torna importante a partir do momento que é posta em contato com a ciência e culturas consideradas “superiores”, que a tornam potencialmente rica e usual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas são algumas das questões que norteiam as possibilidades para se pensar o trabalho e que vão além destas páginas, pois muitas outras fontes ligam-se a este emaranhado de questionamos e problemáticas, compondo uma trama ligada intimamente a produção de memória sobre a região e o complexo hidrelétrico, e porque não, sobre os caminhos da ocupação no interior do país.

Entre outras motivações e intencionalidades, podemos perceber a necessidade de tais discussões, para buscar entender, dentre outras questões, como a sociedade brasileira encontrava-se posta sob uma leitura dicotômica entre espaços simbólicos, cidade versus sertão, desenvolvimento versus atraso, que destacavam possíveis arcaísmos sociais, políticos e econômicos, que se

apresentavam nos periódicos como elementos a serem combatidos em nome da modernização daqueles espaços.

No desencadear das cidades, na ocupação dos sertões, nas curvas da fumaça e dos trilhos, a velocidade do progresso se estendeu ao longo da primeira metade do século XX, levando a “civildade” bandeirante para o oeste, até os pés dos Andes. Porém, novos espaços ainda poderiam ser ocupados, novas frentes ligadas a este interior e para isto o progresso pediu outro motor: surgia a hidrelétrica.

¹ Podemos citar, como exemplo, matérias publicadas nos jornais “Folha de São Paulo”, “Estado de São Paulo”, “Portal G1- Globo.com”, “Correio do Estado”, “Revista Veja”, “Gazeta do Povo”, “Revista Exame.com”, dentre outras.

² Este projeto foi formulado a partir de uma série de reuniões entre os governadores de Estados como Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo para consolidação de projetos hidrelétricos, que resultaram na criação da CIBPU, em 1951. Fascículo CESP, 1988.

³ Jornal *Estado de São Paulo*, 22 de Junho de 1957.

⁴ Autores como Maria A. P. Leopoldino (2002) comparam este posicionamento político com o “encilhamento”, pela forma como se operou a busca do progresso pela expansão econômica.

⁵ Durante a *Semana de Debates sobre Energia Elétrica*, em 1956, foi destacado que o déficit de energia ocorria devido a suspensão de investimento pós Segunda Guerra Mundial, devidos a problemas estruturais causados pela guerra, como na compra de equipamentos (SILVA, 2011).

⁶ *Revista Visão*. Organizada e impressa em São Paulo, pela Companhia Lithográfica Ypiranga, dirigida por Hernane Tavares de Sá. Destacamos este periódico por ser uma revista de circulação nacional que na década de 1960 dedicou várias matérias em suas edições a acontecimentos sobre a região pesquisada e principalmente sobre a construção do complexo hidrelétrico de Urubupungá.

⁷ *Revista Visão*. 23 de Outubro de 1959, p. 53-54. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁸ *Estado de São Paulo*. 30 de Maio de 1958.

⁹ Idem, p. 07.

¹⁰ *Estado de São Paulo*. 22 de Junho de 1957

¹¹ *Revista Visão*. 23 de Outubro de 1959, p. 53-54. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹² *Revista Visão*. 16 de Março de 1962. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹³ Fascículo CESP. Ilha Solteira: a cidade e a usina, São Paulo, 1988.

¹⁴ Cartilha CESP. Urubupungá: um pouco de sua história, 1986, p. 02. Núcleo de Documentação Histórica-UFMS, campus de Três Lagoas-MS.

¹⁵ Idem, p. 12.

¹⁶ Jornais como o *Correio do Estado* apresentaram matérias a respeito de tal fato durante a década de 1950 e 1960.

¹⁷ *Revista Visão*. 12 de Maio de 1967. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jozimar Paes de. A instrumentalização da natureza pela ciência. In: *Projeto História*. Nº 23. São Paulo: Educ, 2001.

ARAÚJO, Beatriz de Castro Sanches Azevedo. “Camisa de Couro” e a densa trama das relações de poder que envolvem a criação de suas imagens na cidade de Três

Lagoas-MS-1959-1962. Dissertação. Mestrado em História. São Paulo, PUC. 2008, 202 p.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: Entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.

CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1980.

CESP, *Ilha Solteira: A cidade e a usina*. Fascículos da História da Energia Elétrica em São Paulo, São Paulo, 1988.

DIEHL, Astor A. *Cultura Historiográfica: Memória, Identidade e representação*. Bauru, Edusc, 2002.

FARO, Clóvis de; SILVA, Salomão L. Quadros. A década de 1950 e o Plano de Metas. In: GOMES, Angela de Castro (Org). *O Brasil de JK*. 2º edição. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2002.

FRANK, Robert. Questões para as Fontes do Presente. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

LEITE, Eudes Fernando. *Marchas na história: comitivas, condutores e peões-boiadeiros nas águas de Xarayes*. Campo Grande-MS: UFMS. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, 2003.

LEOPOLDINO, Maria A. P. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-1960) In: GOMES, Angela de Castro (Org). *O Brasil de JK*. 2º edição. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2002.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na 1ª metade do século XX*. 1ª. ed. Bauru: EDUSC, 2004.

SILVA, Marcelo Squincada. *Energia Elétrica: Estatização e desenvolvimento*, 1956-1967. São Paulo: Alameda, 2011.